

Sociedade Campineira de Educação e Instrução CNPJ nº 46.020.301/0001-88

	_				_	_	_		_	_	_		_	_	
Dem	r	\c+	ra	۸Ã	20		=;	n	٠,	_	_	٠.	,,		

20110110110310011001100									
Bal	anço Patri	imonial e	m 31 de	Dezembro - Em milhares de	e reais				
Ativo	Nota	2018	2017	Passivo e patrimônio líqu	uido	Nota	2018	2017	
Circulante				Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	231.822	208.984	Fornecedores		11	16.713	11.789	
Recursos com restrições - convênios	6	2.856	4.679	Convênios para aquisição	o de bens	13	4.158	5.787	Red
Contas a receber de convênios e alunos	7	46.400	43.800	Obrigações sociais e trab	alhistas	12	51.008	49.902	Re
Estoques	8	3.172	3.224	Comissões a pagar			3.333	1.989	Re
Outros ativos		7.793	5.540	Matrículas antecipadas		14	18.543	13.990	Οι
		292.043	266.227	Outros passivos			5.054	3.298	lse
Não circulante							98.809	86.755	Οι
Realizável a longo prazo				Não circulante					
Aplicações financeiras	6		2.121	Comissões a pagar			10	25	Dec
Depósitos judiciais	15	6.198	5.452	Convênios para aquisição	o de bens	13	22.337	22.549	Ca
Contas a receber de alunos	7	30.506	17.661	Provisão para riscos tribu	ıtários,				Bo
Outros ativos		242	400	trabalhistas e cíveis		15	57.018	38.558	Bo
Imobilizado	9	200.358	179.662				79.365	61.132	Οι
Intangível	10	1.684	1.981	Total do passivo			178.174	147.887	Οι
		238.988	207.277	Patrimônio líquido					
				Patrimônio social			325.617	344.247	Rec
				Superávits (Déficits)			27.240	(18.630)	Cus
							352.857	325.617	Sup
Total do ativo		<u>531.031</u>	<u>473.504</u>	Total do passivo e do patri	mônio líquido		531.031	473.504	Des
As notas explica	ativas da a	dministra	ção são p	arte integrante das demonst	trações financeiras				De
Demons	ração das	Mutaçõe	es do Pat	rimônio Líquido - Em milha	ares de reais				De
	yuo uuc		lota expli	•	Superávits (Déficit	e) acrimi	ulados	Total	- De
Em 1° de janeiro de 2017		<u>17</u>	ота ехріі	16 319.781	Superavits (Delicit		24.466	344.247	SI
Déficit do exercício				10319.761			24.466 18.630)	(18.630)	De
Delicit do exercició						()	10.030)	(10.000)	De

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16

1. Informações Gerais

Superávit do exercício

Transferência para o patrimônio social

Transferência para o patrimônio social

Em 31 de dezembro de 2017

Em 31 de dezembro de 2018

A Sociedade Campineira de Educação e Instrução ("SCEI" ou "Associação") é uma associação civil de direito privado, sem fins econômicos, de natureza católica, comunitária, beneficente e filantrópica, dedicada à educação, com sede em Campinas, Estado de São Paulo, que tem por finalidade manter e dirigir a Pontifícia Universidade Católica de Campinas, o Hospital e Maternidade Celso Pierro e outras organizações de caráter cultural, científico, filantrópico e social. Em atendimento ao previsto no Estatuto Social, os recursos da Associação são aplicados apenas em suas finalidades institucionais.

A Associação, instituída em 20 de maio de 1941 pela Arquidiocese de Campinas, é declarada de utilidade pública federal pelo Decreto nº 40.685 de 6 de outubro de 1962, estadual pelo Decreto nº 40.585 de 6 de setembro de 1962 e municipal pela Lei Municipal nº 6.801, de 4 de dezembro de 1991. Com base na Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, Artigo 150, Inciso VI, Alínea C e seu parágrafo 4º e Artigo 195, parágrafo 7º, a Associação é imune à incidência de tributos a qual, na compreensão da Associação, independe de qualquer outro requisito legal.

No entanto, a Associação cumpre o necessário para obtenção da certifica-ção prevista na Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013 e pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que dispõem sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, que regula os procedimentos de isenção de contribuições à seguridade social, sendo concedida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades de assistência social com a finalidade de prestação de servicos nas áreas de assistência social, saúde e educação. A Lei determina que a Associação seja cadastrada no Ministério relativo à sua atividade preponderante que, no caso da

SCEI, é o Ministério da Educação - MEC. A Associação foi registrada no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) do Ministério da Previdência e Assistência Social, em 21 de junho de 1966, conforme processo nº 45.988/65, possuindo Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, emitido pelo CNAS, desde 17 de setembro de 1975. Referente ao triênio de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2012, a Associação obteve sua Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), expedida pelo MEC em 6 de novembro de 2012, através da Portaria nº 237. Em 29 de junho de 2012 a Associação protocolou tempestivamente o requerimento de renovação da certidão para o triênio compreendido entre 1º de janeiro de 2013 e 31 de dezembro de 2015; porém, ainda não obteve a renovação da Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), assim como tam-bém em 18 de dezembro de 2015 e 7 de dezembro de 2018, a Associação protocolou tempestivamente requerimentos de renovação da certidão para os triênios compreendidos entre 1º de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2018 e 01º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2021, respectivamente, encontrando-se os processos em análise no MEC, permanecendo válida a certificação atual até a data da decisão sobre os requerimentos, conforme

preconizado na Lei 12.101/2009, artigo 24, § 2°. A Pontifícia Universidade Católica de Campinas tem como atividade preponderante a prestação de serviços na área da educação superior, realizando assistência através de bolsas de estudo provenientes de programas governamentais (PROUNI) e bolsas de estudo provenientes de programas internos de fomento à educação. Possui como órgão complementar da Universidade o Colégio de Aplicação PIO XII, que prepara alunos para o inaresso na vida universitária.

O Hospital e Maternidade Celso Pierro, um Hospital universitário, tem como atividade a prestação de serviços de assistência à saúde por intermédio do SUS, convênios privados e de modo particular para a população da região de Campinas, das cidades vizinhas e outras, e por ter esse caráter assistencial, social e humanitário, não tem apresentado superávit em suas atividades: assim sendo, o Hospital deve ser analisado no contexto das operações da Associação, tomadas em seu conjunto.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Associação em 29 de março de 2019.

 Resumo das principais políticas contábeis
 As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), associados aos aspectos contábeis específicos relacionadas a entidades sem fins lucrativos, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Empresa. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na

2.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018 e não tiveram impactos materiais para a

As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018 e não tiveram impactos materiais para a

IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das e perdas esperadas.

exigências para adoção da contabilidade de hedge.

24.466

344.247

(18.630)

325.617

IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes", essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela substitui o IAS 11/CPC 17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. Consoante as novas normas as Notas 2.6 e 2.17 apresentadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 foram adequadas. Nenhum efeito nas cifras comparativas foi identificado pela administração dessa forma não está sendo apresentado quadro comparativo, consequentemente, nenhum ajuste foi efetuado na rubrica de lucros acumulados

(24.466)

<u>(18.630)</u>

27.240

18.630

27.240

352.857

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Associação são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Associação atua (a "moeda funcional").

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Associação e, também, a moeda de apresentação da Associação.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses. As aplicações financeiras representam títulos e valores mobiliários registrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços, ajustados ao valor de mercado, quando aplicável, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

2.5 Recursos com restrições - convênios

O montante classificado como recursos com restrições corresponde ao valor liberado através de subsídio governamental que deve ser utilizado exclusivamente para aquisição de equipamentos hospitalares dentro de período pré-estabelecido. Estes recursos ficam aplicados nas instituições nanceiras

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

Até 31 de dezembro de 2017 a classificação dos instrumentos financeiros da Associação poderia ser feita entre as seguintes categorias: i) Ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado; ii) Investimentos mantidos até o vencimento; iii) Empréstimos; e iv) Ativos financeiros disponíveis para venda.

Com o advento do CPC-48 - Instrumentos financeiros, vigente a partir de de janeiro de 2018, a classificação passou a ser admitida em três diferentes categorias, quais sejam: i) Custo amortizado; ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou iii) Valor justo por meio do resultado.

A Associação efetuou uma avaliação dos impactos das mudanças da norma, e concluiu que seus ativos financeiros, anteriormente classificados como empréstimos e recebíveis, passaram a ser classificados ao custo amortizado. Sob o ponto de vista prático, não houve qualquer impacto na mensuração dos ativos financeiros decorrente desta alteração, uma vez que seus ativos financeiros anteriormente classificados como empréstimos e recebíveis já estavam registrados ao custo amortizado. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Custo amortizado

Um ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanco (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros da Associação classificados como custo amortizado compreendem caixa e equivalentes de caixa, aplicação de renda fixa, contas a receber de clientes, outros ativos, outras contas a receber e depósitos judiciais. O custo amortizado é determinado usando-se o método da taxa de juros efetiva.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Associação se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Associação tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

A Associação avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (impairment).

O teste para verificação de impairment das contas a receber de clientes está descrito na Nota 2.6.4.

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados, se aplicável, e o valor líquido é reportado no balanco patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente

2.6.4 Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

No contexto da adoção inicial do CPC-48 - Instrumentos financeiros, a Associação revisitou seu critério de reconhecimento de provisões para impairment de seus ativos financeiros, passando de um modelo de avaliação das perdas incorridas para o modelo de avaliação de perdas incorridas

Demonstração do Resultado do Exercício Exercícios Findos em 31 de Dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2018	2017
Receita operacional bruta	18		
Receitas com mensalidades		418.698	404.783
Receitas hospitalares		216.624	204.548
Outras receitas educacionais		2.289	2.750
Isenções usufruídas	17 (iv)	122.213	120.457
Outras receitas		10.193	10.867
		770.017	743.405
Deduções sobre a receita	18		
Cancelamentos e devoluções de matrículas		(29.597)	(29.490)
Bolsas integrais - PROUNI		(55.999)	(51.602)
Bolsas institucionais - critério PROUNI		(7.432)	(9.718)
Outras bolsas de estudo		(32.553)	(32.232)
Outras deduções		(778)	(3.590)
		(126.359)	(126.632)
Receita operacional líquida	18	643.658	616.773
Custo dos serviços prestados	19	(407.714)	(389.042)
Superávit bruto		235.944	227.731
Despesas			
Despesas com pessoal e outras	20	(62.185)	(61.458)
Despesas com serviços de terceiros	21	(13.468)	(12.814)
Despesas com medicamentos,			
suprimentos, hospitalares e outras	22	(2.302)	(1.545)
Despesas com serviços públicos	23	(2.170)	(2.130)
Despesas com expediente, consumo e outras	3 24	(3.402)	(3.014)
Despesas com depreciação e amortização	25	(2.193)	(2.707)
Provisões para riscos e para créditos			
de realização duvidosa, líquidas	26	(18.132)	(66.119)
Isenções usufruídas	17 (iv)	(122.213)	(120.457)
Outras despesas operacionais	27	(881)	(1.446)
		(226.946)	(271.690)
Superávit (Déficit) operacional antes			
do resultado financeiro		8.998	(43.959)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	28	25.193	30.910
Despesas financeiras	28	(6.951)	(5.581)
		18.242	25.329
O () (D (C)) 1		07.040	(40.000)

ivit (Déficit) do exercício 27.240 (18.630) As notas explicativas da administração são parte integrante Superávit (Déficit) do exercício das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente Exercícios Findos em 31 de Dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2018 27.240 2017 (18.630) Superávit (Déficit) do exercício Outro componentes do resultado abrangente lo resultado abrangente do exercício 27.240 (18.630)
As notas explicativas da administração são parte integrante Total do resultado abrangente do exercício

das demonstrações financeiras Demonstração dos Eluvos de Caiva

a	Demonstração dos Fluxos o Exercícios Findos em 31 de Dezembro -			eais
a		Nota	2018	2017
	Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Э	Superávit (Déficit) do exercício		27.240	<u>(18.630)</u>
-	Ajustes de	0 40	0.000	0.007
Э	Depreciação e amortização	9 e 10	9.386	8.837
-	Custo líquido na baixa do	0 - 10	700	607
-	ativo imobilizado e intangível Juros e variações monetárias sobre riscos	9 e 10	709	687
	trabalhistas e cíveis e depósitos judiciais	15	5.216	3.101
	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	26		
0	Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	20	12.329	
0	Ajuste a valor presente do contas a receber	28	(2.115)	
Э	Variações nos ativos e passivos	20	(2.113)	(2.020)
3	Contas a receber de convênios			
	e alunos e demais a receber		(16 241)	(22.712)
	Estoques		52	157
	Depósitos judiciais		(424)	
3	Outros ativos		(2.096)	
-	Fornecedores		4.924	362
-	Salários e encargos sociais		1.106	3.267
-	Convênio para aquisição de bens		(1.841)	(959)
	Comissões a pagar		1.329	870
Э	Matrículas antecipadas	14	4.553	(751)
-	Provisão para riscos trabalhista e cíveis		594	(6.698)
Э	Outros passivos		1.756	788
	Caixa líquido gerado nas atividades operacio		49.388	35.865
-	Fluxo de caixa das atividades de investimento	_		
5	Aquisição de imobilizado		(30.276)	
)	Aquisição de intangíveis	10	(218)	
3	Aplicações financeiras		2.121	
a	Recursos com restrições - convênios		1.823	2.016
-	Caixa líquido aplicado nas atividades		()	
-	de investimentos			(11.921)
-	Aumento de caixa e equivalentes de caixa, lío	luidos	22.838	23.944
	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	200 004	105 040
	Caixa e equivalentes de caixa	0	208.984	165.040
3	no final do exercício	6	231.822	208 984
- า	As notas explicativas da administração s			
י ס	das demonstrações financ		,togran	
,	ado domentações ilitario	0.740		

Esta avaliação foi feita com base nas perdas reais observadas nos últimos três anos, e como resultado desta adoção, nenhum ajuste material foi identificado pela Companhia. Desta forma, as práticas contábeis inerentes a este tema passaram a ser como segue:

O saldo líquido de contas a receber da Associação não foi impactado com a adoção desta norma em relação à perda esperada, uma vez que revisou sua metodologia de estimativa de impairment de acordo com o IFRS 9.

A Associação aplica a abordagem simplificada do CPC 48 para mensurar as perdas de crédito esperadas, que utiliza uma provisão para perdas esperadas para todas as contas a receber e ativos por contrato.

As taxas de perdas esperadas são baseadas nos perfis de pagamento de vendas durante um período de 12 meses antes de 31 de dezembro de 2018 ou de 1º de janeiro de 2018, respectivamente, e as perdas de crédito históricas correspondentes incorridas durante esse período. As taxas de perdas históricas são ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de

As perdas esperadas foram calculadas por ramo de atividade, ou seja, Edu cação e Saúde.

A Associação concluiu que não houve impacto material com a adoção da norma e que as políticas utilizadas anteriormente para cálculo da provisão para perdas continuam adequadas. A política está descrita abaixo: A Associação realiza a análise dos títulos vencidos acima de 180 dias e

com base em seus históricos entende que são passíveis de perda, dessa forma realiza a provisão de 100% destes saldos. A movimentação da provisão está apresentada na Nota 7.

Riscos de perdas em outros ativos financeiros são monitorados periodicamente pela Associação e não foi identificado um risco de crédito desses ativos em 31 de dezembro de 2018. Adicionalmente, houve a adequação da nomenclatura de classificação contábil dos instrumentos financeiros, sem que tenha havido mudanças significativas na forma como tais instrumentos são remensurados posteriormente.

2.7 Contas a receber de convênios e clientes

As contas a receber de convênios, de alunos e demais clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de saúde e educa cionais no curso normal das atividades da Associação. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.



Sociedade Campineira de Educação e Instrução

CNPJ nº 46.020.301/0001-88

As contas a receber de convênios, de alunos e demais clientes são, inicial- (a) Convênios mente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Quando julgado necessário é registrada provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída com base em análise dos saldos a receber e em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis per-

2.8 Estoques

→
☆ continuação

Os estoques são demonstrados pelo valor de custo inicial, não excedendo os valores líquidos de realização ou reposição. O custo é determinado pelo método do custo médio ponderado. Os itens em estoque são utilizados para a manutenção das operações realizadas pela Associação na prestação de seus serviços.

2.9 Ativos intangíveis

Marcas

As marcas são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas durante sua vida útil (estimada de 10 anos)

Softwares

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua aquisição e para que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil (estimada em cinco

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os ativos sujeitos à amortização são revisados para verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

2.10 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, Hospital e os Campis da Universidade. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício,

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	vida utii (er	n anos)
	Educação	Saúde
Edificações e instalações	48	54
Máquinas e equipamentos	17	17
Móveis e utensílios	19	19
Bibliotecas	48	19
Computadores e periféricos	12	10
Veículos	10	11
Benfeitorias e propriedade de terceiros	12	
Os valores residuais e a vida útil dos ativos são rev	risados e aiust	ados se

apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do superavit (deficit).

2.11 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, para as quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.13 Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

As provisões para ações judiciais (trabalhista e cível) são reconhecidas quando a Associação tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados. É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seia pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação

2.14 Convênios para aquisição de bens

Os convênios para aquisição de bens são contratos firmados entre a Associação e os Governos: Federal, Estadual e Municipal, para fomentar o desenvolvimento dos atendimentos concedidos aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

As entradas e saídas de recurso destinados à Associação por meio de repasses dos valores a serem dispendidos para aquisição de bens para o ativo imobilizado, os quais são adquiridos via processos de licitação, são registradas em contas individuais do ativo e do passivo e em contrapartida das contas de resultado, respeitando o regime contábil de competência e os requisitos de reconhecimento em consonância com o CPC 07 - "Subvenção e Assistência Governamentais" e ITG 2002 - "Entidade sem Finalidade de

2.15 Comissões a pagar

As comissões provisionadas referem-se à taxa de administração cobrada pela FUNDACRED (Fundação de Crédito Educativo) pela administração dos financiamentos de anuidades, cobráveis após o período da formação profissional do aluno, em parcelas mensais equivalentes ao mesmo período de utilização do crédito.

2.16 Gratuidades e bolsas de estudo

As bolsas de estudo oferecidas pela Associação foram quantificadas com base na receita destinada a esse fim, e as gratuidades dos projetos sociais estão demonstradas através da apuração dos custos, diretos e indiretos, aplicados à execução dos mesmos, nos termos instituídos pela Lei nº 11.096/05 (PROUNI) e Lei nº 12.101/09, alterada pela Lei nº 12.868, de 15/10/2013 e pelo Decreto nº 8.242, de 23/05/2014.

2.17 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Associação, a receita é apresentada líquida dos descontos.

A Associação reconhece a receita na medida em que satisfizer a obrigação Outros ativos de desempenho ao transferir o serviço prometido ao cliente.

As receitas hospitalares decorrem substancialmente da prestação de serviços de assistência à saúde, realizada mediante convênio com o Sistema Unico de Saúde (SUS), instituições privadas e atendimentos particulares. As receitas são reconhecidas conforme a prestação do serviço é realizada

(b) Mensalidades

ao cliente.

. Às receitas com anuidades escolares são registradas mensalmente à medida que os serviços de ensino são prestados, tendo como base a emissão da nota fiscal de serviço, a qual é também emitida no mesmo mês da prestação dos servicos.

(c) Matrículas antecipadas As receitas diferidas decorrem de recebimento antecipado do aluno de matrículas e são apropriadas ao resultado de acordo com a sua efetiva compe-

tência da prestação do serviço. (d) Receita financeira À receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o

método da taxa efetiva de juros. À medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber quando da negociação e assinatura do termo de compromisso por ocasião da negociação de mensalidades vencidas, e também no ato do pagamento dos débitos vencidos, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber. Adicionalmente, a Associação também reconhece como receita financeira os rendimentos dos certificados de depósitos bancários e fundos de investimentos apurados mensalmente.

(e) Outras receitas

São reconhecidas na demonstração do superávit pelo regime de competência do exercício.

2.18 Normas novas que ainda não estão em vigor

A seguinte nova norma foi emitida pelo IASB, mas não está em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Con-

• IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpreta-

A Associação revisou seus contratos e não espera impactos relevantes com a adoção da nova norma em 1º de janeiro de 2019.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em ajuste material no próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangível, determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, perdas relacionadas a contas a receber e determinação de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

Estimativas e premissas são revistas permanentemente. Mudanças nas estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são revisadas ou em qualquer período futuro afetado.

. Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Associação a expõem a diversos riscos financeiros: risco de taxas de juros, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Associação se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Associação. A gestão de risco é realizada pelo Departamento Financeiro da Associação, segundo orientação da Administração Superior. (a) Risco de Mercado

i) Risco com taxas de juros

oriundo da possibilidade de a Associação vir a sofrer perdas por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Associação adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas adicionadas à variação do CDI, com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequa-

dos ao mercado. (b) Risco de crédito

risco de crédito é administrado pelo Departamento Financeiro. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a convênios e alunos, incluindo contas a receber em aberto.

A Administração da Associação está ciente quanto ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. O acompanhamento dos prazos de recebimento dos títulos é um dos procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

A Associação restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha, de acordo com limites e *ratings* previamente estabelecidos, e contratando operações de investimentos apenas com instituições avaliadas como financeiramente sólidas.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes

(c) Risco de liquidez

À previsão de fluxo de caixa é realizada pelo Departamento Financeiro. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Associação para assegurar que tenha caixa suficiente para atenser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa de desconto der às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da Associação, cumprimento de cláusulas contratuais e cumprimento das metas internas.

> O saldo de caixa mantido pela Associação, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é administrado pelo Departamento Financeiro. O Departamento Financeiro investe o excesso de caixa em contas correntes remuneradas e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

> A tabela abaixo analisa os passivos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

> Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados

,	contratados.		
,	Em 31 de dezembro de 2018	Menos de um ano	Entre um e dois anos
	Fornecedores	16.713	
	Comissões a pagar	3.333	10
ı	Outros passivos	5.054	
)		25.100	10
	Em 31 de dezembro de 2017	NA	
)	Em 31 de dezembro de 2017	<u>Menos de um ano</u>	Entre um e dois anos
)	Fornecedores	11.789	Entre um e dois anos
)			Entre um e dois anos
)	Fornecedores	11.789	
)	Fornecedores Comissões a pagar	11.789 1.989	

	Outros passivos _	3.298			
n		17.076		25	
s	5. Instrumentos financeiros po	or categoria	2018	2017	
š.	Ativos financeiros mantidos ac	o custo amortizado			
į	(2017 - empréstimos e recebí	veis)			
е	Caixa e equivalentes de caixa		231.822	208.984	
	Recursos com restrições - convê	ènios	2.856	4.679	
	Contas a receber de convênios e	e alunos e			
-	demais contas a receber		76.906	61.461	
-	Aplicações financeiras			2.121	
•	Depósitos judiciais		6.198	5.452	
_	Outros ativos		8.035	5.940	

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2018 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma 2018 2017 Passivos financeiros mantidos ao custo amortizado (2017 - outros passivos financeiros) Fornecedores 16.713 11.789 Convênios para aquisição de bens 26.495 28.336 18.543 Matrículas antecipadas 13.990 Outros passivos 5.054 3.298 66.805 57.413

> Os instrumentos financeiros, reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, por não possuírem um mercado ativo, poderiam ocorrer variações caso a Associação resolvesse liquidá-los antecipadamente.

6. Caixa e equivalentes de caixa e recursos com restrições

O saldo de caixa e equivalentes de caixa está composto por dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, em instituições de primeira linha, conforme abaixo. 2017

Conta corrente bancária	453	2.440
Letras do tesouro	2.295	2.121
Certificado de Depósitos Bancários - CDB	5.793	12.607
Fundo de investimento DI	223.281	193.937
Total caixa e equivalentes de caixa	231.822	211.105
Caderneta de poupança		
(recursos com restrições - convênios)	2.856	4.679
	234.678	<u>215.784</u>
Ativo circulante	234.678	213.663
Ativo não circulante		2.121

Os Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são remunerados à taxa média ponderada de 102,63% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e dos fundos de investimentos; já os valores aplicados em caderneta de poupança, são verbas recebidas de Órgãos de Fomento, com rentabilidade anual em 2018 de 6,17%, representando 96,10% do CDI (taxa referencial), que no ano de 2018 foi de 6,42%. Esses investimentos estão mantidos em diversas instituições financeiras como forma de diluir os riscos

O montante classificado como recursos com restrições - convênios, corresponde ao valor liberado por meio de subsidio governamental para aquisição de equipamentos hospitalares, conforme nota explicativa 2.4

7. Contas a receber de convênios e alunos e demais clientes

	2018	2017
Contas a receber de convênios (a)	40.112	33.476
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(24.422)	(23.600)
	<u> 15.690</u>	9.876
Contas a receber de alunos (b)	146.390	134.966
Ajuste a valor presente	(1.403)	(1.348)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(83.771)</u>	(82.033)
	61.216	51.585
Total contas a receber	<u> 76.906</u>	61.461
Ativo circulante	46.400	43.800
Ativo não circulante	30.506	17.661
(a) Composição das contas a receber de convênios:		
	2018	2017
Sistema Único de Saúde (SUS)	20.530	20.526
Convênios médicos e atendimentos particulares (i)	19.582	12.950
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(24.422)	(23.600)
	15 600	0.976

(i) Em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$ 8.739 (R\$ 3.253 em 2017) encontra-se vencidos. Este saldo refere-se aos títulos de convênios em atraso, situação normal tendo em vista a natureza da operação, uma vez que após o faturamento, as contas são revisadas pelos respectivos convênios e eventuais glosas são discutidas e recursadas em um prazo médio de 180 dias. Portanto, a constituição de provisão para perda não seria aplicável neste momento. Do montante especificado como "vencido acima de 365 dias", destaca-se o convênio privado realizado com a Assimédica, a qual se encontra em fase de falência perante a 3ª Vara Cível do Fórum Central da Comarca de Campinas sob o nº 1041090-61.2016.8.26.0114, tendo-se habilitado no dito procedimento com número específico junto ao T.I. como incidente nº 1015351-18.2018.8.26.0114, com o valor à época de R\$ 3.063.873,53. Destaca-se também na mesma rubrica "vencido acima de 365 dias" o convênio SUS, cuja algumas penalidades estão sendo discutidas judicialmente em ações movidas pela Instituição em face da Prefeitura Municipal de Campinas, a saber: Ação nº 1041919-71.2018.8.26.0114, distribuída em 5.10.2018, para cobrança de descontos relativos ao período compreendido entre setembro a dezembro de 2017, perfazendo o valor à época de R\$ 8.016.560,69; Ação nº 1020965-04.2018.8.26.0114, distribuída em 15.5.2018, para descontos relativos ao período compreendido entre julho de 2016 a maio de 2017, perfazendo o valor total à época de

	1 φ 3.207.733, 10.		
,		2018	2017
)	Vencidos até 90 dias	7.450	2.757
,	Vencidos de 91 a 180 dias	1.289	_496
		8.739	3.253

(ii) Os saldos provisionados estão vencidos por um período maior que 181 dias, conforme apresentado a seguir:

	<u>2018</u>	2017
Vencidos de 181 a 365 dias	247	440
Vencidos acima de 365 dias	<u>24.175</u>	23.160
	24.422	23.600
(iii) Movimentação da provisão para crédito de liquida	ção duvic	losa das

contas a receber de convênios: 2018 2017 Saldo inicial

7.107

Constituição de provisão	3.896	25.711
Valores baixados	(3.074)	_(9.218)
Saldo final	24.422	23.600
(b) Composição das contas a receber de alunos:		
	2018	2017
Ativo circulante		
Crédito educativo - FUNDACRED (1)	2.056	5.760
Mensalidades a receber	21.946	23.813
Parcelamentos das anuidades (2)	12.389	12.779
Ajuste a valor presente - parcelamento	(433)	(421)
Financiamento estudantil - FIES (3)	1.568	4.127
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (i)	(6.816)	(12.134)
	30.710	33.924
Ativo não circulante		
Crédito educativo - FUNDACRED (1)	32.606	14.399
Parcelamentos das anuidades (2)	46.280	44.549
Financiamento estudantil - FIES (3)	29.545	29.539
Ajuste a valor presente - parcelamento	(970)	(927)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (i)	(76.955)	<u>(69.899)</u>
	30.506	<u> 17.661</u>
Total das contas a receber de alunos	61.216	<u>51.585</u>
(1) O crédito educativo FUNDACRED (Fundação de C	rédito Edu	ıcativo) re-

presenta financiamentos de anuidades, cobráveis após a conclusão do curso pelo aluno e em parcelas mensais equivalentes ao mesmo período de utilização do crédito. (2) Parcelamento das mensalidades refere-se a saldos atrasados em que a

dívida foi negociada ou renegociada através de um acordo entre Associação e alunos firmado em contrato. Parte deste acordo possui vencimentos de longo prazo e, portanto, estão classificados no ativo não circulante (3) A Associação aderiu ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensi-

no Superior (FIES) com limitação de valor de adesão, ficando a Associação obrigada a disponibilizar, para livre escolha dos estudantes, todos os cursos em todos os locais ofertados pelas suas instituições de ensino mantidas. cujo pagamento dos encargos educacionais devidos às mantenedoras será efetuado com Certificado Financeiro do Tesouro - Série E (CFT-E), nos termos da Lei nº 10.260/2001. A Associação realizou o reconhecimento das deduções relativas ao FGEDUC (Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo), da Garantia de Risco sobre os financiamentos realizados (Portaria Normativa nº 1, artigo 17º de 22/01/2010) e da Remuneração aos Agentes Financeiros (Medida Provisória nº 741 de 14/07/2016) convertida em Lei (Lei nº 13.366 de 01/12/2016).



documento digitalmente 288.637

Sociedade Campineira de Educação e Instrução

CNPJ nº 46.020.301/0001-88

tamentos, o FNDE/MEC não efetivou os correspondentes repasses à SCEI, considerando decisão interna do FNDE/MEC que limitou em 6,41%, o reajuste da mensalidade para 2015, para as Instituições/Faculdades que faziam parte do Programa FIES, ampliando, também, o período que o MEC teria que pagar às Instituições de Ensino. Após, alterou este índice de reajuste para 8,5%. A SCEI reajustou as mensalidades para o ano de 2015 em 9%, de acordo com disposições constantes da Lei nº 9.870/99. Em 26 de fevereiro de 2016, a Associação recebeu a Circular Eletrônica nº 003/2016. do FIES/FNDE/MEC, para resposta até 31 de março de 2016, solicitando informações e justificativas para a prática de reajuste superior ao índice autorizado pelo MEC para Instituições/Faculdades vinculadas ao Programa FIES, esclarecendo se motivada pela adoção de preços diferenciados entre os diversos semestres do curso em função de variação na quantidade e/ou na composição do custo das disciplinas que integram a grade curricular de cada semestre. Tempestivamente, a Associação com o objetivo de receber o reajuste praticado de 9%, protocolou no MEC/FNDE documentação justificadora de sua pretensão, mesmo ciente que tal índice não decorre das motivações indicadas no item 2.2 da Circular Eletrônica nº 003/2016, considerando que a Associação entende que razões dela para o reajuste de 9%

são plenamente legais é justificáveis. (ii) A movimentação na provisão para crédito de liquida Em 09 de março de 2017, a Associação, atendeu à nova Circular Eletrônica contas a receber de alunos da Associação é a seguinte: datada de 23 de fevereiro corrente, a de nº 003/2017 - FIES/FNDE/MEC. Tal Circular reconhece a existência de aditamento preliminar do 1º semestre de 2015 ainda sem repasse, contudo, menciona que a não efetivação do referido repasse decorreu do fato da Entidade Mantenedora não ter incluído o número do CPF e o nome dos respectivos estudantes na relação anexa à justificativa apresentada à época ao FNDE.

A SCEI frisou, em sua resposta, que o assunto já fora tratado e atendido quando atendeu a Circular Eletrônica nº 003/2016, já tendo, naquela ocasião, anexado os nomes e CPF dos estudantes. Reiterou a justificativa anteriormente encaminhada e novamente apresentou a relação atualizada dos alunos com CPF, conforme solicitava a recente Circular Eletro 003/2017 - FIES/FNDE/MEC.

Considerando, inobstante as providências acima noticiadas, que ainda assim não realizou qualquer pagamento, a instituição prop

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2018 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma Em relação aos encargos educacionais de 2015, no que se refere aos Adi- judicial de nº 1016744-77.2017.4.01.3400, perante a 7ª Vara Federal da (b.ii) Notificações fiscais - Quota patronal e outras Seção Judiciária de Brasília, tudo com o escopo de receber os valores que entende de direito.

> Em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$ 15.095 (R\$ 16.721 em 2017) encontra-se vencido. Este saldo refere-se a alunos inadimplentes há menos de 180 dias. Devido à natureza da operação da Associação, a Administração considera o risco baixo, não sendo necessária a constituição de provisão para perda, pois há grandes chances de acordos e negociações dos débitos junto à Universidada no final de semento.

dos debitos junto a Oniversidade no imai do semestre.		
	2018	2017
Vencido até 90 dias	7.940	8.734
Vencido de 91 a 180 dias	7.155	7.987
	15.095	16.721
(i) O montante total provisionado é de B\$ 83 771 (B\$)	82 033 em	2017) A

Associação constitui provisão de perda para alunos com saldos vencidos há mais de 181 dias, como a seguir demonstrado::

	2018	2017
Vencido de 181 a 365 dias	6.848	7.158
Vencido acima de 365 dias	76.923	74.875
	83.771	82.033
(ii) A movimentação na provisão para crédito de I	iguidação duv	idosa das

	2018	2017
Saldo inicial	82.033	49.444
Constituição de provisão	11.560	41.592
Baixa do contas a receber	(1.040)	(1.839)
Valores recuperados, estornados	(8.782)	(7.164)
Saldo final	83.771	82.033
A exposição máxima ao risco de crédito na data de apr	esentação	do relató-

rio é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. 8. Estoques

	2018	2017
Almoxarifado de materiais	497	508
Farmácia	2.325	2.334
Outros	350	382
	3.172	3.224

nas	Móveis	Compu-	Total	O
a União oôs ação				3.
rönica nº	Almoxarifado de Farmácia	e materiais		2

	13	,		3 3 3 3							
9. Imobilizado											
		Edifica-	Máquinas		Móveis				Total	Obras	lmobi-
		ções e ins-	e equipa-		е	tadores e	Biblio-		em ope-	em anda-	lizado
	<u>Terrenos</u>	talações	mentos	<u>Veículos</u>	utensílios	periféricos	_tecas	<u>Outros</u>	ração	mento	total
Em 31 de dezembro de 2017:											
Saldo inicial	3.035	110.828	37.532	577	8.075	8.149	6.238	1.202	175.636	1.731	177.367
Aquisição			5.221	600	513	1.629	334		8.297	3.027	11.324
Alienação			(27)		(83)	(74)			(184)	(503)	(687)
Depreciação		(2.793)	(3.244)	(124)	(603)	(1.149)	(151)	(278)	(8.342)		(8.342)
Transferências											
Saldo contábil, líquido	3.035	108.035	39.482	1.053	7.902	8.555	6.421	924	175.407	4.255	179.662
Em 31 de dezembro de 2017:											
Custo	3.035	161.200	68.863	2.305	14.880	17.670	11.004	4.306	283.263	4.255	287.518
Depreciação acumulada		(53.165)	(29.381)	(1.252)	(6.978)	(9.115)	(4.583)	(3.382)	(107.856)		(107.856)
Saldo contábil, líquido	3.035	108.035	39.482	1.053	7.902	8.555	6.421	924	175.407	4.255	179.662
Em 31 de dezembro de 2018:											
Saldo inicial	3.035	108.035	39.482	1.053	7.902	8.555	6.421	924	175.407	4.255	179.662
Aquisição	13.946	345	6.448	246	1.284	4.319	276	17	26.881	3.395	30.276
Alienação			(255)		(81)	(27)			(363)	(345)	(709)
Depreciação		(2.800)	(3.481)	(168)	(632)	(1.356)	(157)	(278)	(8.871)		(8.871)
Transferências											
Saldo contábil, líquido	<u>16.981</u>	105.580	42.193	1.131	8.473	11.491	6.540	664	193.053	7.305	200.358
Em 31 de dezembro de 2018:											
Custo	16.981	161.545	74.677	2.551	15.805	21.682	11.280	4.323	308.844	7.305	316.149
Depreciação acumulada		(55.965)	(32.484)	(1.420)	(7.332)	(10.191)	(4.740)	(3.659)	<u>(115.791)</u>		(115.791)

1.131

8.473

(a) As obras em andamento referem-se à construção de edifícios acadêmicos e administrativos

16.981

105.580

42.193

Saldo contábil, líquido

(b) Os saldos demonstrados nas linhas de Alienações correspondem ao saldo líquido entre os custos e a depreciação acumulada dos bens do ativo

imobilizado que foram alienados.			
10. Intangível			
		Softwares	
	Marcas a	dquiridos	Total
Exercício findo em 31 de dezembro de 2			
Saldo inicial	4	1.980	1.984
Aquisição	-	492	492
Amortização	(1)	(494)	(495)
	(1) _	1.978	
Saldo contábil, líquido Em 31 de dezembro de 2017		1.976	1.981
Custo total	13	8.919	8.932
Amortização acumulada	(10)	<u>(6.941)</u>	
Saldo contábil, líquido	3	1.978	1.981
Exercício findo em 31 de dezembro de 2	018		
Saldo inicial	3	1.978	1.981
Aguisição		218	218
Amortização	(1)	(514)	(515)
Saldo contábil, líquido	2	1.682	1.684
Em 31 de dezembro de 2018			
Custo total	13	9.137	9.150
Amortização acumulada	(11)		(7.466)
Saldo contábil, líquido		1.682	1.684
	100/		1.004
Taxas anuais de amortização - %	10%	20%	
11. Fornecedores			
		2018	2017
Fornecedores		13.696	8.685

11. Fornecedores		
	2018	2017
Fornecedores	13.696	8.685
Utilidades	616	581
Aluguel de imóvel	870	1.076
Outras contas a pagar	1.531	1.447
	16.713	11.789
12. Obrigações sociais e trabalhistas		
	2018	2017
Salários a pagar	15.204	15.296
Provisão para férias e encargos	24.663	23.702
Encargos previdenciários e outros encargos	<u>11.141</u>	10.904
	<u>51.008</u>	49.902
13. Convênios para aquisição de bens		
	2018	2017
Convênios para aquisição de bens	26.495	28.336
Passivo circulante	4.158	5.787
Passivo não circulante	22.337	22.549
Os principais convênios com saldo em 31 de dezembro	são:	
	2018	2017
Ministério da Saúde	2.766	4.411
Receitas de convênios a realizar	23.729	23.925
	26.495	28.336

				Devo-		
2016	ô	Entradas	Saídas	luções	2017	
Órgãos públicos federais 6.722	2	521	(2.814)	(19)	4.410	
Órgãos públicos estaduais (113)	2.603	(2.490)			
Receitas de convênios a realizar 22.686	3	2.638	(1.398)		23.926	
29.29	5	5.762	(6.702)	(19)	28.336	
	_			Devo-		
_2017	7	Entradas	<u>Saídas</u>	<u>luções</u>	2018	
Órgãos públicos federais 4.410)	575	(1.117)	(1.104)	2.764	
Órgãos públicos estaduais		3.074	(3.074)			
Receitas de convênios a realizar 23.926	3	1.201	(1.396)		23.731	
28.336	3	4.850	(5.587)	(1.104)	26.495	

As devoluções referem-se aos convênios encerrados para os quais ainda havia recursos disponíveis.

14. Matrículas antecipadas

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os montantes de R\$ 18.543 e R\$ 13.990, respectivamente, representavam adiantamentos de matrículas relativas ao ano letivo subsequente. Esses montantes são levados ao resultado do período a que se referem, na medida em que exista a efetiva prestação dos servicos para os quais os pagamentos foram destinados.

15. Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

A movimentação dos convênios pode ser assim resumida:

Na data das demonstrações financeiras, a Associação apresentava os se guintes passivos e correspondentes depósitos judiciais relacionados:

Reclamações cíveis e tributárias	11.698	10.666
Reclamações trabalhistas	49.937	34.000
	61.635	44.666
(-) Depósitos judiciais	(4.617)	(6.108)
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis, líquidas	57.018	38.558
Os depósitos judiciais apresentados no balanço patrim	onial, no a	ativo não
circulante, que totalizam R\$ 6.198 (R\$ 5.452 em 2017) re	eferem-se	a contin-
gências de natureza trabalhista para os quais não foi co	nstituída	provisão.

11.491 6.540 664 193.053

uma vez que os consultores jurídicos da Associação entendem como possível ou remota a probabilidade de perda (item b.i). A redução dos depósitos judiciais refere-se a pagamentos de reclamações trabalhistas ocorridas em 2018 que estavam anteriormente reconhecidas como possíveis de perda.

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:	
Saldo em 1º de janeiro de 2017	29.453
Adições	20.316
Baixas	(3.262)
Pagamento	(6.056)
Atualizações monetárias	4.215
Saldo em 31 de dezembro de 2017	44.666
Adições	20.355
Baixas	(8.026)
Pagamento	(897)
Atualizações monetárias	5.537
Saldo em 31 de dezembro de 2018	61.635
A movimentação dos depósitos judiciais está demonstrada a segu	
Saldo em 1º de janeiro de 2017	12.026
Reversão transferências para contingências	5.448
Adições	5.271
Baixas	(12.299)
Atualização monetária	1.114
Transferências para contingências	(6.108)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.452
Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.452
Reversão transferências para contingências	6.108
Adições	3.231
Baixas	(4.298)
Atualização monetária	322
Transferências para contingências	(4.617)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	6.198

As baixas referem-se as reversões de provisões e a constituição ou o estorno dos depósitos judiciais em que a Sociedade considera como risco possível ou remoto de perda.

(a) A Associação é parte envolvida em processos trabalhistas, previdenciários e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial e, quando determinado judicialmente, são garantidas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada na opinião de seus consultores legais externos e internos.

A natureza das obrigações pode ser resumida como segue:

(a.i) Trabalhistas: referem-se a diversos processos de natureza trabalhista movidos contra a Associação, cujos fundamentos pleiteados pelos reclamantes envolvem diferenças de salários, horas extras, adicional noturno, descanso semanal remunerado, indenizatórias, dentre outras. A provisão foi constituída com base em opinião dos seus consultores jurídicos internos, considerando inclusive os valores dos depósitos judiciais já efetuados. Em 2018, as adicões se referem substancialmente à atualização de processo movido pelo Sindicato dos Professores, no montante de B\$ 15,000.

(a.ii) Cíveis: referem-se a diversos processos de natureza cível movidos contra a Associação, cujos fundamentos pleiteados pelos reclamantes envolvem questões de responsabilidade civil e direito educacional e de cunho tributários outros que não especificados no item "b.ii". A provisão foi constituída com base em opinião dos seus consultores jurídicos internos, considerando inclusive os valores dos depósitos judiciais já efetuados.

(b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanco (b.i) Trabalhista

A Associação tem ações de natureza trabalhista, referentes a diferenças de salários, horas extras, adicional noturno, descanso semanal remunerado, indenizatórias, dentre outras, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos internos, para as quais não há provisão constituída, no montante de R\$ 41.149 (R\$ 42.099 em 2017).

A Associação foi autuada pela Receita Federal do Brasil, por meio de lavra tura de diversas Notificações Fiscais de Lançamentos de Débitos (NFLD) referentes à contribuição patronal e outras questões tributárias, no montante fixado, respectivamente à época das autuações e ajuizamento das demandas judiciais, de R\$ 473.050, sendo R\$ 276.942 referentes aos processos administrativos das Notificações Fiscais de Lançamentos de Débitos (NFLD) n°s 35.775.382-8, 35.775.387-9, 35.775.388-7, 35.775.390-9, 35.775.391-7, 37.273.110-4, 37.273.112-0, 37.367.962-9, 37.367.963-7, 37.367.964-5, 37.367.965-3, 51.014.219-2, 51.014.220-6, 51.014.221-4, 51.014.222-2, 51.035.011-9, 51.035.012-7, 51.035.013-5, 51.035.014-3, e R\$ 195.947 referentes aos processos judiciais nºs 0006688-25.2010.4.03.6105 e 0008864-40.2011.4.03.6105. Para todos os períodos considerados em tais autuações, a Associação cumpriu todos os requisitos necessários para gozar da isenção decorrente do seu status de Entidade Filantrópica, em especial, a mínima gratuidade na educação em 20%, e atendimento em saúde, via SUS de 60%. Ademais, a Associação, na remota hipótese de perda em tais questões, compreende e buscará a compensação de tais débitos com os valores despendidos por ela no cumprimento da gratuidade na educação. A Associação não constituiu provisão para contingências para essas autuações, uma vez que sua exigibilidade encontrase suspensa em face de recursos administrativos e judiciais e, principalmente, baseando-se na opinião de seus consultores jurídicos externos, a qual não evidencia perda provável, neste valor, no desfecho dessas autuacões. As composições dos valores envolvidos estão abaixo demonstradas.

good. No composições dos valores envolvidos estas abaixo demonstradas.					
NFLD	R\$	Competência da Autuação	Data da Autuação		
35.775.382-8	550	De 06/1999 a 04/2006	14/11/2006		
35.775.387-9	1.261	De 05/1996 a 12/2004	14/11/2006		
35.775.388-7	1.388	De 01/1999 a 12/2004	14/11/2006		
35.775.390-9	484	De 01/1999 a 12/2004	14/11/2006		
35.775.391-7	78	De 04/2005	14/11/2006		
35.847.699-2	194.559	De 12/2000 a 05/2006	14/11/2006		
37.273.110-4	80.825	De 06/2006 a 12/2007 + 13°	08/06/2010		
37.273.112-0	15.941	De 06/2006 a 12/2007 + 13°	08/06/2010		
37.367.965-3	623	01/2008 a 11/2008	14/12/2012		
51.014.222-2	8	12/2008 a 12/2009	14/12/2012		
51.035.011-9	2	multa	14/12/2012		
51.035.012-7	16	multa	14/12/2012		
51.035.013-5	113	multa	14/12/2012		
51.035.014-3	2	multa	14/12/2012		
37.367.962-9	63.807	De 01/2008 a 12/2008 + 13°	14/12/2012		
51.014.219-2	80.377	De 01/2009 a 12/2009	14/12/2012		
37.367.963-7	1.238	De 01/2008 a 12/2008	14/12/2012		
51.014.220-6	1.458	De 01/2009 a 12/2009	14/12/2012		
37.367.964-5	13.421	De 01/2008 a 12/2008 + 13°	14/12/2012		
51.014.221-4	16.899	De 01/2009 a 12/2009	14/12/2012		
	<u>473.050</u>				
/-\ O -+! !	- I- (II)I -		.:- +-+-!: D#44 700		

(c) O ativo imobilizado arrolado nas notificações fiscais totaliza R\$11.732 (R\$ 147 em 2017)

16. Patrimônio líquido e governança

A Sociedade possui um Conselho Fiscal, constituído por 2 titulares e 1 suplente e Associados Eméritos e Beneméritos, constituídos por 14 membros. A Sociedade possui, ainda, um Corpo Diretivo composto por 3 membros, sendo 1 Presidente, 1 Vice-Presidente e 1 secretária, todos eleitos através de Assembleia Geral Extraordinária e com mandato de 3 anos.

O patrimônio líquido decorre de superávits (déficits) correntes e acumulados de anos anteriores e, de acordo com o Estatuto Social da Associação, não pode ser distribuída qualquer parcela a título de lucro, bonificação, vantagem ou participação, sob nenhuma forma ou pretexto.

17. Descrição das atividades gratuitas

(i) Imunidade/isenções tributária

7.305 200.358

2018

A Associação está em pleno gozo da imunidade tributária garantida na Constituição Federal de 1988 e, para que possa manter o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) está sujeita ao cumprimento de exigências legais.

A Associação vem desenvolvendo diversos programas de natureza assistencial, direcionados, principalmente no concernente a filantropia, às áreas de educação e saúde atendendo a legislação vigente, Igualmente, mesmo não computando para a filantropia, a Associação desenvolve programas de assistência social

As bolsas de estudo para fins de filantropia oferecidas pela Associação foram quantificadas com base na receita abdicada. As gratuidades dos projetos sociais de saúde, educação para fins de filantropia estão demonstradas através da apuração dos custos vinculados à execução dos projetos

(ii) Gratuidade em educação - 2018

A Associação está em pleno gozo da imunidade tributária, garantida pela Constituição Federal de 1988, desenvolvendo diversos programas de natureza assistencial, direcionados, principalmente, às áreas da educação (pre-

Na área da educação, o cálculo da gratuidade da Associação está demonstrado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27/11/2009, alterada pela Lei nº 12.868, de 15/10/2013, e pelo Decreto nº 8.242, de 23/05/2014. Até o exercício do ano de 2014, a base para gratuidade era a receita efetivamente recebida, onde deveríamos aplicar 20% desse valor em bolsas de estudo, tanto na educação básica como na superior. Já a partir de 2015, a gratuidade foi aplicada com base na proporção de 1/5, ou seja, na proporção de 1 (uma) bolsa integral concedida para cada 5 (cinco) alunos pagantes. Na Educação Superior, a aplicação em gratuidade é realizada com ações assistenciais na política da educação, conforme prevê de forma geral a Lei 11.096 de 13 de janeiro de 2005, Decreto 5.493 de 18 de julho de 2005, e mais especificamente o artigo 13 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e demais regulamentações. Conforme estabelece o § 3º do Artigo 13-A da Lei nº 12.101/09, ofertamos, bolsas de estudo dentro do Programa Universidades Para Todos (PROUNI) a proporção de 1 (uma) bolsa integral concedida para cada 5 (cinco) alunos pagantes e, a título complementar, concedemos bolsas de estudo dentro de programas próprios da Universidade, atendendo todos os critérios da Lei nº 11.096/2005. A aplicação em gratuidade na educação é realizada por meio da concessão de bolsas de estudo em cursos de graduação e sequencial de formação, prioritariamente integrais, de 100% (cem por cento), e parciais, de 50% (cinquenta por cen-

to), a alunos com renda per capita de até 1,5 e 3 salários-mínimos, respecrtigo 14 da Lei n 101 do 27 do nove 2009, e o artigo 1º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005 (PROUNI). A Associação atendeu plenamente o Termo de Adesão ao Programa Universidade para Todos (PROUNI). Na Educação Básica, a aplicação em gratuidade é realizada por meio da concessão de Bolsas de estudo nos três níveis da educação básica (Fundamental, Infantil e Médio) conforme o artigo 13 da Lei nº 12.101, de 27/11/2009. A aplicação em grátuidade na educação técnica de nível médio está amparada no $\$7^\circ$, artigo 25, do Decreto no 7.237, de 20/07/2010, em

de 23/05/2014. A demonstração da aplicação em gratuidade na área de educação está apresentada por nível de atuação, conforme disposto no § 1º do artigo 13-A da Lei nº 12 101 de 27/11/2009

vigência até maio do ano de 2014, e no §6°, artigo 30, do Decreto nº 8.242,

A base de cálculo para a aplicação em gratuidade é o número de alunos pagantes, conforme inciso III do artigo 13 da Lei nº 12.101/2009. Alunos pagantes são o total de alunos que não possuem bolsas de estudo inte-grais, conforme o disposto no artigo 13-C da referida lei.

O cálculo do número de alunos pagantes da Associação foi realizado com base no simulador disponível no sítio do Ministério da Educação (MEC) na rede mundial de computadores (cebas.mec.gov.br), a saber:

FÓRMULA:

Número de Alunos Pagantes = nº de alunos matriculados, excluindo o número de alunos com bolsa integral que se enquadram nos critérios da Lei nº 12.101, de 27/11/2009, excluindo o número de alunos com bolsa integral que não se enquadram nos critérios da Lei nº 12.101, de 27/11/2009.

A ponderação das bolsas integrais e parciais foram aplicadas conforme previsto nos incisos I e II, §4°, do artigo 13 da Lei nº 12.101, de 27/11/2009, e no simulador disponível no sítio do Ministério da Educação (MEC) na rede mundial de computadores (cebas.mec.gov.br), a saber:

a) Bolsa integral, 100% (cem por cento) - peso 1,0;

b) Bolsa parcial, 50% (cinquenta por cento) - peso 0,5.

Os cálculos do atendimento da proporção de 1/9, conforme o inciso I, § 1°, do artigo 13 da Lei nº 12.101/2009, e da proporção de 1/5, conforme o inciso III, do artigo 13 da Lei nº 12.101/2009, são apresentados com base no continua



documento digitalmente

Sociedade Campineira de Educação e Instrução												
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2018 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma												
Segue o quadro que apresenta a aplicação da gratuidade, na proporção de b Associação, nos exercícios de 2017 e 2018, 1º e 2º semestres:				lucação Básica	e Superior da							
Demonstrativo de Gratuidade - Educação		Educação Bá	Semestre		2° Semestre	Material de laboratório 178 3.569 3.747 220 3.504 3.72. Material de manutenção						
Total de Alunos Matriculados Alunos com Bolsa Integral Não Enquadradas nos Critérios da Lei nº 12.101/	2009 ()		2017 440 18	2017 15.796 597	2017 15.084 544	e conservação 2.845 1.927 4.772 1.758 1.366 3.12 Material de órtese e prótese 11.517 11.517 12.293 12.293						
Alunos com Bolsa Integral Nao Enquadradas nos Critérios da Lei nº 12.101/ Alunos com Bolsa Integral Enquadradas nos Critérios da Lei nº 12.101/2009 -Bolsa PROUNI		18 77	18 75	2.801 2.379	2.652 2.279	Medicamentos 26 13.675 13.701 28 13.611 13.63 Manutenção e conservação 200						
-Bolsa Vestibular Social -Bolsa Vēstibular Social -Bolsa Não Restituível (BNR)		77	<i>75</i>	422	373	de equipamentos 2.981 2.938 5.919 2.386 2.720 5.10 Depreciação e						
Alunos Pagantes Bolsas Concedidas	(=)	348	347	12.398	11.888	amortização 4.500 2.693 7.193 3.628 2.504 6.13 Água e esgoto 3.849 4.811 8.660 3.703 4.420 8.12 Energia elétrica 3.745 2.523 6.268 3.583 2.275 5.85						
Alunos com Bolsa Integral (peso 1,0) Número Total de Alunos com Bolsa Integral	(+) (=)	77 77	75 75	2.801 2.801	2.652 2.652	Serviços Médicos 15.796 15.796 6.101 6.10 Demais custos 10.986 12.504 23.490 9.966 12.540 22.50						
Alunos com Bolsa Parcial de 50% (peso 0,5) Alunos com Bolsa (Integral e Parcial)	(+) (=)	29 106	29 104	2.801	2.652	<u>205.674</u> <u>202.040</u> <u>407.714</u> <u>196.595</u> <u>192.447</u> <u>389.04</u>						
Bolsas Concedidas (Valores Ponderados) Proporção 1/9	(=)	92	90	2.801	2.652	(i) Custos com pessoal, encargos e benefícios 2018 2017						
Proporção 1/9 Exigida - Número de Alunos Pagantes Dividido por 9 Número Total de Alunos com Bolsa Integral	(-) (+)	39 77	39 75	1.378 2.801	1.321 2.652	Edu- Edu- Cação Saúde Total Cação Saúde Sa						
Proporção 1/9 (saldo) - Número Total de Alunos com Bolsa Integral Subtraída a Proporção 1/9 Exigida Proporção 1/5	(=)	38	36	1.423	1.331	Salários, adicionais e encargos sociais 143.064 94.712 237.776 139.052 93.402 232.454 Aviso prévio e outras						
Proporção 1/5 Exigida - Número de Alunos Pagantes Dividido por 5 Número Total de Bolsas Concedidas Ponderadas	(-) (+)	70 92	69 90	2.480 2.801	2.378 2.652	indenizações 3.684 808 4.492 2.207 375 2.582 Provisão para férias						
Proporção 1/5 (saldo) - Número Total de Bolsas Concedidas Ponderada Subtraídas a Proporção 1/5 Exigida		22	20	321	274	e encargos sociais 16.644 10.809 27.453 16.983 11.246 28.229 Provisão para 13º						
Demonstrativo de Gratuidade - Educação		Educação Bá		Educação S 1º Semestre		salário e encargos sociais 12.346 8.031 20.377 12.285 8.128 20.413						
Total de Alunos Matriculados		2018 423	2018 408	2018	2018 14.654	Outros benefícios 132 132 115 115 175.870 114.360 290.230 170.642 113.151 283.793						
Alunos com Bolsa Integral Não Enquadradas nos Critérios da Lei nº 12.101/ Alunos com Bolsa Integral Enquadradas nos Critérios da Lei nº 12.101/2009		18 74	16 68	542 2.727	497 2.610	20. Despesas com pessoal e outras 2018 2017						
-Bolsa PROUNI -Bolsa Vestibular Social		74	60	2.402 325	2.330 280	Edu- Edu- cação Saúde Total cação Saúde Tota						
-Bolsa Não Restituível (BNR) Alunos Pagantes Bolsas Concedidas	(=)	74 331	68 324	12.109	11.547	Salários, adicionais e encargos sociais 27.103 8.598 35.701 27.301 8.281 35.582						
Alunos com Bolsa Integral (peso 1,0) Número Total de Alunos com Bolsa Integral	(+) (=)	74 74	68 68	2.727 2.727	2.610 2.610	Aviso prévio e outras indenizações 333 179 512 99 95 194						
Alunos com Bolsa Parcial de 50% (peso 0,5) Alunos com Bolsa (Integral e Parcial)	(+) (=)	26 100	24 92	2.727	2.610	Provisão para férias e encargos sociais 3.079 984 4.063 3.236 992 4.226						
Bolsas Concedidas (Valores Ponderádos) Proporção 1/9	(=)	87	80	2.727	2.610	Provisão para 13º salário e encargos sociais 2.140 676 2.816 2.236 688 2.924						
Proporção 1/9 Exigida - Número de Alunos Pagantes Dividido por 9 Número Total de Álunos com Bolsa Integral	(-) (+)	37 74	36 68	1.345 2.727	1.283 2.610	Assistència médica 3.829 4.868 8.697 3.439 4.149 7.586 Cesta básica 1.866 3.105 4.971 2.137 3.426 5.567 Vale-trapsporte						
Proporção 1/9 (saldo) - Número Total de Alunos com Bolsa Integral Subtraída a Proporção 1/9 Exigida	(=)	37	32	1.382	1.327	Vale-transporte 1.020 1.147 2.167 1.076 1.014 2.090 Outros benefícios 3.159 99 3.258 3.160 129 3.288 42.529 19.656 62.185 42.684 18.774 61.458						
Proporção 1/5 Proporção 1/5 Exigida - Número de Alunos Pagantes Dividido por 5	(-)	66	65	2.422	2.309	21. Despesas com serviços de terceiros						
Número Total de Bolsas Concedidas Ponderadas Proporção 1/5 (saldo) - Número Total de Bolsas Concedidas Ponderada Subtraídas a Proporção 1/5 Exigida		87 21	80 15	2.727 305	2.610 301							
(iii) Cumprimento do percentual mínimo na saúde	(=)	2018		201		Exames clínicos						
As gratuidades aplicadas na área da saúde referem-se ao somatório dos serviços prestados pela Associação a partir da valoração dos atendimentos		Edu- <u>cação</u> <u>Saúde</u>	Total	Edu- <u>cação</u> <u>Saú</u>	ide Total							
ambulatoriais e de internações apresentados, utilizando a metodologia des- crita no Anexo VIII da Portaria nº 3.355 de 4 de novembro de 2010, obser-	Bolsas integrais - PROUNI		()	(= 1, ===)	(= (= = =)	Manutenção e conservação de equipamentos 1.391 269 1.660 2.901 308 3.209 Mídias 2.957 401 3.358 965 22 987						
vados os critérios estabelecidos no Artigo 19 e seus parágrafos do Decreto nº 7.237/10. O Artigo 18 do Decreto 7.237/10 institui o requerimento de renovação do	(a) (b) Bolsas	(55.999)	(55.999)	(51.602)	(51.602)	Aprendizagem administrativa 102 102 92 92 Licença e Manutenção						
O Arigo 18 do Decreto 7.237/10 institui o requerimento de renovação do certificado da entidade beneficente de assistência social que atue na área de saúde deverá ser protocolado junto ao Ministério da Saúde. Nos termos	institucionais - (Critério PROUNI)					de Software 1.610 1.241 2.851 1.894 1.026 2.920 Serviços de Profissionais						
da Lei 12.101/2009, considerando que a Associação tem como atividade	(a) (c) Outras bolsas de	(7.432)	(7.432)	(9.718)	(9.718)	F						
da Educação - MEC, a quem cabe notificar o pedido de renovação do certi-	estudo (a) (d) Outras	(32.553)	(32.553)	(32.232)	(32.232)	10.147 3.321 13.468 10.647 2.167 12.814 22. Despesas com medicamentos e suprimentos hospitalares e outro						
prevê que a Associação comprove sua condição de beneficente pela prestação de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por	deduções (a) (e) (778) (126.359)	<u>(778)</u> (126.359)	(3.590 <u>)</u> (126.632 <u>)</u>	<u>(3.590)</u> (126.632)	2018 2017						
cento). Os cálculos da gratuidade estão considerando o Decreto nº 7.237/10, con-		377.622 266.036 ducação Superior				Lada cação Saúde Total cação Saúde Total Material cirúrgico e curativo 5 26 31 14 19 33						
forme demonstrados a seguir:	5 -1	2018 Superior Básica	Total	2017 Superior Básic		Material de higiene e limpeza 1 1 1 1 1 2 Material de laboratório 2 2 2 1 3						
Pacientes: Sistema Único de Saúde (SUS) 63.421 64.786	Educação infantil, fundamental					Material de manutenção e conservação 1.090 272 1.362 776 (219) 557						
Outros convênios30.56132.568Total de pacientes atendidos93.98297.354Percentual dos atendimentos	e médio Gradução	5.619 399.613	5.619 399.613	5.6 ² 388.190	44 5.644 388.190	Medicamentos 1 59 60 1 40 41 Vestuário, uniformes e enxovais 262 262 214 4 218						
do Sistema Único de Saúde 67,48% 66,55% Procedimentos ambulatoriais:	Especialização Mestrado	3.037 7.014	3.037 7.014	1.627 6.631	1.627 6.631	Outras despesas 409 175 584 510 181 691 1.770 532 2.302 1.518 27 1.548						
Sistema Único de Saúde (SUS) 1.227.967 1.224.609 Outros convênios 323.843 314.886	Doutorado	3.415 419.211 5.630	3.415 424.841	2.691 405.733 5.64	2.691 44 411.377	23. Despesas com serviços públicos						
Total de procedimentos realizados 1.551.810 1.539.495 Percentual dos procedimentos	Deduções sobre a receita	:				Edu- <u>cação Saúde</u> <u>Total</u> <u>cação Saúde</u> <u>Tota</u>						
do Sistema Unico de Saúde (SUS) 79,13% 79,55% Percentual total - Sistema Unico de Saúde (SUS) 75,40% 74,50%	Cancelamentos e devoluções	(29.583) (14)	(29.597)	(29.479) (1	1) (29.490)	Aluguéis de máquinas e equipamentos 921 522 1.443 611 754 1.361						
Plano de ação regional: Atenção obstérica e neonatal 1,5% 1,5% 1,5%	Bolsas integrais - PROUNI (b) Bolsas	(55.999)	(55.999)	(51.602)	(51.602)	Taxa de lixo 445 445 521 52* Outras despesas 216 66 282 234 10 244 1.582 588 2.170 1.366 764 2.130						
Atenção oncológica 1,5% 1,5% 1,5% Atenção às urgências e emergências 1,5% 1,5% 1,5% 1,5% 1,5% 1,5% 1,5% 1,5%	institucionais - (Critério					<u>1.582</u> <u>588</u> <u>2.170</u> <u>1.366</u> <u>764</u> <u>2.130</u> 24. Despesas com expediente, consumo e outras						
Hospitais de ensino 1,5% 81,40% 80,50% Tomando por base as premissas para cálculo da gratuidade, as quais foram	PROUNI) (c) Outras bolsas	(6.265) (1.167)	(7.432)	(8.520) (1.19	8) (9.718)							
seguidas pela Administração da Associação, que julga estar de acordo com as exigências legais, o percentual obtido no exercício de 2018 foi de	de estudo (d) Outras	(31.328) (1.225)	(32.553)	(30.905) (1.32	7) (32.232)	caçãoSaúdeTotalcaçãoSaúdeTotalTransporte aéreo942912362258						
81,40% (80,50% em 2017), estando acima do limite de 60% estabelecido em Decreto.	deduções (e)	(778) (123.953) (2.406)				Transporte terrestre 109 25 134 99 33 132 Transporte de funcionário 1.391 1.391 1.296 1.296 Acceptação a circlinates 189 03 391 1.296 1.296						
Os serviços de assistência encontram-se registrados na rubrica Despesas com pessoal (Nota 20) da demonstração do superávit.	(b) Bolsas de es	295.259 3.223 studo Programa Un	iversidade	para Todos - PR	OUNI	Associações e sindicatos 188 93 281 209 197 406 Brindes 383 367 750 334 292 626 Custas Judiciais 3 56 59 57 57						
(iv) Isenções das contribuições sociais usufruídas - Quota patronal da contribuição ao INSS	para Todos - PR	de 13 de janeiro de OUNI, destinado à	concessão	de bolsas de est	tudo integrais	Outros despesses 974 200 664 102 217 416						
Em 20 de julho de 2010, foi publicado o Decreto nº 7.237/10 que regulamentou a Lei nº 12.101/09, alterada pela Lei 12.868 de 15 de outubro de	quenciais de for		estudantes c em instituiç	le cursos de gra ões sem fins luc	duação e se- crativos, onde	25. Despesas com depreciação e amortização						
2013, ao dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para		estudo integral é c										
a seguridade social. No artigo nº 50 é revogado o Decreto que anteriormente era utilizado pela Instituição.	de até 1 (um) sa	superior, cuja rend alário-mínimo e ½ (ucionais - Critério E	(meio).	ет сарпа пао ех	Aceua o Valor	Amortização 611 55 666 606 33 639						
Os valores relativos às isenções das contribuições sociais usufruídas são: 2018 2017 2018 2017	(c.i) Segue o cri	ucionais - Critério F tério descrito no ite itério para as bolsa	em (b.i).	n narciale de EO	% (cinquente	Depreciação 877 650 1.527 1.524 544 2.068 1.488 705 2.193 2.130 577 2.705						
INSS - Quota Patronal 71.206 70.665 COFINS 19.264 18.921 174 4.100	por cento) ou de	nterio para as boisa e 25% (vinte cinco m regulamento pel	por cento),	cujos critérios d	e distribuição	2018 2017						
PIS	das a brasileiros	m regulamento per s não portadores d per capita não exc	le diploma (de curso superio	or, cuja renda	Edu- cação Saúde Total cação Saúde Tota						
Total 122.213 120.457 18. Receita 2018 2017	mos, mediante d	per capita hao exc critérios definidos p as de estudo não co	oelo Ministé	rio da Educação).	Provisão para contingências cíveis 1.274 (369) 905 337 (51) 286						
Edu- Edu-	gratuidade. No	entanto, cumprem ernas e convençõe:	as finalida	des estatutárias		contingências trabalhistas 13.913 403 14.316 16.718 33 16.75						
Receita bruta: Mensalidade	(e) São referent	es as deduções re elacionados ao FG	alizadas pe	lo FIES nos end		Provisão para devedores duvidosos 1.738 1.173 2.911 32.589 16.493 49.082						
(Educação) (a) 418.698 418.698 404.783 404.783 Receitas	ção aos Bancos	/Agentes operados serviços prestado	s no FIÉS.			27. Outras despesas operacionais						
hospitalares 216.624 216.624 204.548 204.548 Outras receitas		20 Edu-)18	<u>20</u> Edu-								
educacionais (a) 2.289	Custos com pes	soal, <u>cação</u> <u>Sa</u>	uúde Tot	al cação Sa	úde Total	Impostos, taxas						
usufruídas 79.140 43.073 122.213 77.968 42.489 120.457 Outras	encargos e benefícios (i)		.360 290.2	30 170.642 113.	.151 283.793							
503.981 266.036 770.017 489.345 254.060 743.405	Exames clínicos e laboratoriais Material cirúrgio	67 4	.107 4.1	74 41 6.	.203 6.244	Baixas do ativo fixo 188 76 264 96 80 176 Transferências entre mantidas 3.819 (3.819) 3.672 (3.672)						
Deduções sobre a receita: Cancelamentos e	Material cirúrgio e curativo Material de higie	84 10	.009 10.09	96 10.	.195 10.291	entre mantidas 3.819 (3.819) 3.672 (3.672) Outras despesas 2 2 3 3 3 4.541 (3.660) 881 4.976 (3.530) 1.446						
devoluções (a) (29.597) (29.490) (29.490)	e limpeza		.611 2.19	54 544 1.	.564 2.108							



Sociedade Campineira de Educação e Instrução

CNPJ nº 46.020.301/0001-88

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2018 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma –—☆ continuação 28. Receitas e despesas financeiras 2017 Edu-Educação Saúde Total cação Saúde Total Despesas financeiras: Variação monetária passiva (4.886) (594) (5.480) (3.757) (457) (4.214) Descontos concedidos (962)(33)(995)(672)(27) (699) Tarifas bancárias (434)(42)(476)(633) (35) (668) Despesas financeiras (6.282) (669) (6.951) (5.062) (519) (5.581) Receitas financeiras: Rendimentos de aplicações 13.847 financeiras 13.847 19.548 19.548 Variação monetária ativa 7 1.941 1.596 38 1.634 1.934 431 4.321 Descontos obtidos 31 4.527 4.558 4.752 2.732 2.929 Juros ativos 2.730 2 21 2.950 Juros ativos - AVP 2.115 2.115 2.026 2.026 Receitas financeiras $\underline{20.657} \ \underline{4.536} \ \underline{25.193} \ \underline{26.530} \ \underline{4.380} \ \underline{30.910}$ Resultado financeiro, <u>14.375</u> <u>3.867</u> <u>18.242</u> <u>21.468</u> <u>3.861</u> <u>25.329</u> líquido

29. Doações e contribuições

A Associação recebeu doações e contribuições de pessoas físicas e jurídicas. Conforme composição a seguir: 2018 2017

Receitas (i): Materiais e medicamentos 253 252 Passivo circulante e não circulante (ii) Bens de capital

(ii) Eventualmente, a Associação recebe doações que são aplicadas nas finalidades para a qual se destinam, de acordo com os objetivos institucionais. No exercício de 2018 a SCEI recebeu o montante de R\$228 (R\$250 em 2017) em doações, sendo que aquelas não destinadas ao custeio, referentes principalmente a itens de imobilizado, e que em 2018 foram registradas em contrapartida no passivo e serão realizadas no resultado atendendo expectativa de vida útil do bem. Em 2018 foi realizado o montante de R\$32 (R\$28 em 2017)

30. Partes relacionadas Remuneração de dirigentes:

Diretoria

Com base no seu Estatuto Social, Artigo 23 o qual determina que:

"Os associados, os ocupantes dos cargos de Diretoria e os membros do Conselho Fiscal não serão remunerados e não receberão vantagens ou benefícios de qualquer natureza, nem lhes será distribuída qualquer parcela do patrimônio ou das rendas da SCEI, a título de lucro, bonificação, vantagem ou participação, sob nenhuma forma ou pretexto". Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foram efetuados pagamentos aos dirigentes a este título.

A Associação possui um programa de gerenciamento de risco com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros

Em 31 de dezembro de 2018, a Associação apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramos	Importâncias seguradas
Ativo imobilizado	641.411
Responsabilidade civil	18.400
•	659.811

Contador

José Eduardo Meschiatti Paulo Hirata Robson Luiz Rodrigues Custódio Gerente de Controladoria Contador - CRC 1SP264105/O-1 Presidente

Aos Administradores e Diretores

Sociedade Campineira de Educação e Instrução

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sociedade Campineira de Educação e Instrução ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade Campineira de Educação e Instrução em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Conforme mencionado na Nota 15 (b(ii)) às demonstrações financeiras, a Associação foi autuada pela Receita Federal do Brasil, referente à contribuição patronal e outras questões tributárias, no montante histórico original de R\$ 473.050 mil, relativo a diversas autuações de 2006 e 2012, todas elas com defesas judiciais ou administrativas em andamento. A avaliação da Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, é de que atualmente não há expectativa de perda provável para esse risco e, como consequência, nenhuma provisão foi registrada nas demonstrações financeiras. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Conforme mencionado na Nota 1 às demonstrações financeiras, a Associação, por meio do Ministério da Educação - MEO, ainda não obteve a renovação da Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), referente aos triênios de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2015, de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2018 e de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2021 e, conforme comentado na refe-

rida Nota 1 às demonstrações financeiras, foi realizado protocolo de renovação junto ao MEC nos dias 29 de junho de 2012, 18 de dezembro de 2015 e 7 de dezembro de 2018 respectivamente, dentro do prazo previsto na Lei nº 12.101/2009, aguardando-se análise pelo órgão governamental, permanecendo válida a certificação até a data da decisão sobre o requerimento, conforme preconizado no artigo 24, §2º da referida Lei. A ausência da certificação como entidade beneficente pode resultar na possibilidade de exigência de pagamento das contribuições previdenciárias patronais. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter seguranca razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorcões relevantes existentes. As distorcões podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é major do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

 Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 2 de abril de 2019



PricewaterhouseCoopers **Auditores Independentes** CRC 2SP000160/O-5

Eduardo Dias Vendramini Contador - CRC 1SP220017/O-4

B. GROB DO BRASIL S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS OPERATRIZES E FERRAMENTAS



Prezados Acionistas: Atendendo ao que determinam as disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de apresentar o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado do exercício e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo em 31/12/2018, que representam os resultados obtidos e retratam a situação patrimonial e financeira da empresa. A Diretoria se coloca ao inteiro dispor dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos que se tornarem necessários a melhor compreensão das demonstrações apresentadas. São Bernardo do Campo, 23 de abril de 2019. A DIRETORIA Demonstrações do resultado abrangente

Balanços patrim	oniais em 3	1 de dezemb	ro de 2018 e 2	2017 - (Fm mi	lhares de reais)		
Ativo	2018					2018	2017
Circulante	266.874					185.095	
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	20.216		Fornecedores				
Contas a receber			Terceiros (Nota 11)			12.719	25.193
Clientes (Nota 5)	66.285	87.342		ionadas (Nota	97.403		
Partes relacionadas (Nota 7)	36.156				8.916		
Estoques (Nota 6)	117.539	172.700			3.292		
Impostos a recuperar (Nota 8)	23.179	32.738			7.447		
Demais contas a receber	3.499	3.409			14.921		
Não circulante	88.215	94.366		de clientes (40.397		
Imposto de renda e contribuição social diferidos			Não circulante			10.180	
(Nota 17)	2.270	2.764	Empréstimos	e financiame	47	87	
Depósitos judiciais	398	549			e 15) 5.178	12.566	
Investimentos	-	7	Obrigações tr		3.777		
Imobilizado (Nota 9)	84.459	89.911			1.178		
Intangível (Nota 10)	1.088	1.135			159.814		
3 4 (3 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4			Capital social			53.855	
			Ações em tes			(648	3) (648
			Reserva de lu			72.028	
			Ajuste acumu	llado de conve	ersão	34.579	
Total do ativo	355.089	441.366		sivo e patrim		355.089	441.366
Demonstrações do	resultado e	m 31 de deze	embro de 2018	8 e 2017 - (Em	milhares de reai	s)	
	2018	2017		(=:::		2018	2017
Receita operacional líquida (Nota 20)	523.306	457.349	Posultado fin	anceiro líquido	o (Nota 24)	(22.499	
Custo dos produtos vendidos e	020.000	107.010	Lucro antes	(22.493	(20.340)		
serviços prestados (Nota 21)	(441.416) (373.689)		•	ie renua e ua	00.004	40.070
Lucro bruto	81.890		contribuiçã		26.984		
Receitas (despesas) operacionais			•		rente (Nota 17)	(8.985	
Despesas gerais e administrativas (Nota 22)	(26.152)	(28.986)		enda e CS dife	(494		
Despesas comerciais (Nota 22)	(20.481)		Lucro líquido	o do exercício	17.505	9.365	
Outras receitas (despesas) operacionais,	,	(/	Lucro por açõ	ões do capital			
líquidas (Nota 23)	14.226	3.719	do exercício	0,325	0,174		
Demonstrações das mutações	do notrimôr	io líquido on	n 21 do dozom	bro do 2010	o 2017 - (Em milk		
Demonstrações das mutações	do patrilloi	ilo ilquido ei		as de lucros		iares de reais)	
	Capital	Ações em	Reserva	Reserva	Ajustes acumulados	Lucros	
	social	tesouraria					Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	53.855	(648)	legal 5.524	39.633	34.579	acumulauos	132.943
	55.655	(040)	5.524	39.033	34.379	0.005	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	9.365	9.365
Destinações:			400			(400)	
Reserva legal	-	-	468		-	(468)	-
Reserva de lucros	 -			8.897		(8.897)	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	53.855	(648)	5.992	48.530	34.579	-	142.308
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	17.505	17.505
Destinações:							
Reserva legal	-	-	875	-	-	(875)	-
Reserva de lucros				16.630		(16.630)	
		(0.40)					4=0.040

em 31 de dezembro de 2018 e 2017 - (Em milhares de reais) 2018 2017 Lucro líquido do exercício 17.505 9.365 Outros resultados abrangentes Aiuste acumulado de conversão Total do resultado abrangente do exercício 17.505 9.365 Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2018 e 2017 - (Em milhares de reais) Fluxo das atividades operacionais 2018 2017 Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social 26.984 13.676 Ajuste para conciliar o lucro líquido Depreciações 9.460 9.545 Baixa pela venda ativo imobilizado 1.791 3.084 Provisão (reversão) demandas judiciais (3.952)104 Variações nos ativos e passivos Contas a receber de clientes 21.057 (14.170)Contas a receber de partes relacionadas 4.918 5.745 Estoques 55.161 (49.121)(1.909) Impostos a recuperar 9.559 Demais ativos 68 (248)(12.474)9.434 Fornecedores terceiros Fornecedores partes relacionadas (22.879)36.953 Adiantamento de clientes 12.178 (41.128)Impostos e contas a pagar 1.201 (230)Obrigações com pessoa (1.594)1.455 2.447 Demais passivos 485 103.925 Caixa proveniente das operações (26.325) Imposto de renda e contribuição social (8.985) (4.856)Caixa proveniente das atividades operacionais 94.940 (31.181) Fluxo de caixa das atividades de investimentos Aquisições de imobilizado (5.751) (5.052)Caixa líquido aplicado nas atividades (5.751) de investimentos (5.052)Fluxo de caixa das atividades de financiamentos (71.322)Empréstimos e financiamentos 43.219 Partes relacionadas (7.388)(5.196)Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades (78.710)38.023 de financiamentos Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa 10.479 1.790 Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 9.737 7.947

Diretoria Michael Heinrich Bauer - Diretor-Presidente Oscar Passos Junior - Diretor-Superintendente Wagner Serigiolle - Contador - CRC nº 1SP123348/O-8

20.216

10.479

9.737

1.790

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício

Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa



Saldos em 31 de dezembro de 2018



(648)

As demonstrações financeiras encontram-se disponíveis na sede da Companhia

6.867

53.855

34.579

159.813